



# Fala Egbé

Informativo das Comunidades de Terreiros de Candomblé • nº34 • ano XIII • novembro de 2015



“Sejamos os melhores construtores do futuro, de paz, dignidade e democracia. Um futuro negro de alegria e saúde, de juventude e oportunidade”

Foto:Acervo KOINONIA

## Editorial

# A instabilidade e a ESPERANÇA

Com a bênção de todas as nações do Candomblé, nos valeremos aqui de um mito Ketu. Por causa de uma viagem para guerra, Ogun deixou seu império aos cuidados de Oshoguan, o Senhor do Tempo. Os súditos de Ogun decidiram dedicar a ele a construção de um novo castelo enquanto estava fora. Depois de prontas, Oshoguan inspecionou as obras e as destruiu, ordenando que refizessem melhor. Depois da terceira destruição feita e do trabalho de reconstrução dos súditos sob as ordens de Oshoguan, Ogun retornou. Ele elogiou e encheu as pessoas de brindes, pelo melhor palácio que alguém já viu. O povo do reino, que planejava reclamar de Oshoguan, ficou agradecido e foi considerado aquele com os melhores construtores entre todos os reinos.

Hoje, as construções e desconstruções têm sido muitas. O crescimento das in-

tolerâncias e a morte dos nossos jovens negros parecem as ruínas de um castelo que deu trabalho e que ainda tentávamos colocar de pé. A defesa do direito à vida plena para toda gente às vezes é bem sucedida, mas às vezes não. A cena política nacional tem assustado.

E há esperanças para continuarmos a democracia? Essa que nunca teve período tão longo de exercício em nossa história? Sim, há. É também o que dizem os jovens que se dispõem a continuar reivindicando e construindo alternativas para a violência de balas que não escolhem sua fé. É o que nos mostram aquelas e aqueles que seguem clamando por igualdade entre as religiões e tomam atitudes de acolhida do outro.

Mas é preciso recolher do mais fundo de nossa fé a coragem para identificar os que querem destruir nossas conquistas.

Esses que estão aí com seu poder econômico gigantesco a encher de lama e morte as Minas Gerais e o Espírito Santo, atropelando gente e natureza com a mão forte da exportação de minério. A lama chega até o Congresso, onde não faltam propostas absurdas e retrocessos. É a mesma força dos poderosos que exportam carne e soja matando índios e pobres. São mãos assim que aprovam obras e deslocam populações nas cidades para operar “melhorias” que a maior parte das pessoas não vai usufruir.

Sejamos os melhores construtores do futuro, de paz, dignidade e democracia. Um futuro negro de alegria e saúde, de juventude e oportunidade. E quando a nossa construção mais recente for destruída estaremos lá, com a competência daquelas e daqueles que refazem os sonhos como nossos melhores palácios.

“Reforçando Laços” nos 20 anos de KOINONIA. Apresentação do terreiro Kalê Bokun

# #SomosKOINONIA

Fundada em 1994, KOINONIA é uma organização sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional. Somos uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lu-

crativos. Integramos o movimento ecumênico e prestamos serviços ao movimento social.

A missão de KOINONIA é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em

processo de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários.

A palavra *koinonia* vem do grego e significa comunidade e comunhão.

## Programa Egbé Territórios Negros

Egbé vem do Ioruba e significa “sociedade e o lugar onde ela se reproduz”. O Programa trabalha com comunidades afrodescendentes tradicionalmente estabelecidas no que convencionamos chamar de Territórios Negros. Seu foco

são os terreiros de candomblé e as comunidades remanescentes de quilombos.

O Programa - cujos objetivos principais são superar as desigualdades raciais e a intolerância religiosa - presta assessoria jurídica

educativa às comunidades participantes e articula ações de promoção e defesa de direitos culturais e territoriais. Dentre suas atividades destacam-se as capacitações técnicas em diálogo com os conhecimentos tradicionais.

### Ações:

#### Formação e empoderamento

Formação em direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais para as comunidades, em especial jovens e mulheres

Seminários

Intercâmbios

Projetos socioculturais para ações locais

Assessoria jurídica para causas coletivas

Formação e legalização de associações

#### Produção de Informação/ Documentação

Fala Egbé

Cartilhas “Direitos”, “Violações” e “Elaboração de Projetos” para Comunidades Negras Tradicionais (CNT)

Dossiê Intolerância Religiosa

Site Observatório Quilombola

Produção audiovisual sobre direitos das CNT

#### Incidência Pública

Monitoramentos de processos jurídicos e administrativos envolvendo CNT

Monitoramento das políticas públicas específicas

Diálogo nas esferas governamentais, visando a garantia de direitos das CNT

Produção de artigos, campanhas e ações de solidariedade em prol das CNT



# Notícias

## “A Bala não Escolhe sua Fé”

Encontro Inter-religioso de juventude discute o genocídio de jovens negros a partir dos olhares de diferentes tradições

A Bahia registra taxa de homicídios mais alta do que a de países com histórico de guerra civil. Os jovens negros estão entre os grupos mais severamente impactados pela violência, ao mesmo tempo em que são os alvos preferenciais do vigor punitivo do Estado e de parte da sociedade (que tem, por exemplo, reivindicado a redução da idade penal).

“A Bala Não Escolhe Sua Fé – Encontro Inter-religioso de Juventude” reuniu, entre os dias 6 e 8 de novembro, representantes de diferentes tradições para, a partir de um olhar religioso, contribuir para o enfrentamento do genocídio da população jovem e negra. O evento aconteceu na Fundação Terra Mirim, em Simões Filho (BA) e contou com o apoio da Fundação Heinrich Böll e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese).

O encontro começou com um debate provocado pela exibição de “O Estópim” (2014), documentário de Rodrigo Mac Niven, que conta a história do caso Amarildo, no Rio de Janeiro, e das mobilizações desencadeadas a partir daí. O filme trouxe para a discussão questões como a

responsabilidade de toda a sociedade e instituições na promoção do direito à vida e de como a produção do discurso do medo acaba fortalecendo a ideia de que intensificar a violência é a solução para problemas sociais com profundas raízes históricas.

Para o batista Tár cito Fernando, que é assistente de projetos de KOINONIA e mobilizador da atividade, no encontro a diversidade foi tão importante para a troca, que as apreensões quanto a possíveis diferenças foram rapidamente deixadas de lado. “Chegou um momento em que não sabíamos mais quem era de qual religião. A dinâmica mais livre acabou possibilitando isso, porque ao invés de mesas propusemos que se formassem rodas onde os jovens iam primeiro descobrindo afinidades para depois tocar na questão do pertencimento religioso de cada um. O método enriqueceu bastante as trocas”, avaliou.

Mas o destaque de “A Bala não Escolhe sua Fé” foi a roda de diálogo temática “Mídia como perpetuadora do genocídio da juventude negra e apoiadora da política de redução da maioria penal. Há outra mídia?”.

Brenda Gomes, do Coletivo Sarau da Onça, foi uma das convidadas a estimular essa discussão. Ela falou de sua experiência juntando mídia livre e arte em periferias urbanas, ressaltando a importância da multiplicação desse tipo de ação.

“A comunicação é um forte aliado na luta contra o genocídio da juventude negra. A juventude precisa se ver como protagonista da própria história. Histórias de possibilidades, de sonhos alcançados, não só de tristeza e dor. Minha luta como comunicadora negra e de uma dessas periferias é para que essas histórias virem nossas pautas. É necessário que o debate seja feito dentro dos grupos de igrejas, terreiros e todos os centros religiosos”, destacou.

Apesar de ter sido um encontro de fato inter-religioso, as discussões giraram sempre em torno do problema do genocídio da juventude negra. Isto é, a partir da perspectiva de cada tradição, os participantes foram construindo consensos e fortalecendo a percepção de que um desafio comum se sobrepõe a qualquer possível diferença: a luta pelo direito à vida de jovens negros e negras.



por Ana Gualberto\*

A ameaça da

# Mineração

e as comunidades remanescentes de quilombo:  
Quando resistir é sobreviver

A tragédia na cidade de Mariana (MG), com o rompimento de duas barragens da mineradora Samarco, destruiu um povoado inteiro, causando morte e sofrimento. Os danos ambientais ainda são incalculáveis. Infelizmente, foi preciso que acontecesse um desastre para que a ameaça da mineração ganhasse espaço nas pautas de nossa sociedade.

O Brasil, país marcado pelo colonialismo, foi e continua a ser explorado em diversas áreas. A mineração é uma delas e, muitas vezes, suas consequências humanas e ambientais são de difícil previsão.

Aqui na Bahia, a mineração teve grande expansão em 2008. É também o que nos diz uma matéria publicada pela revista “Exame”, em 2011: “Ferro, níquel, ouro, bauxita e até o raríssimo tálio, hoje explorado comercialmente em apenas dois pontos do mundo (China e Casaquistão), entre outros 30 minerais, fazem da Bahia o local mais procurado do Brasil pelas mineradoras”. De acordo com a matéria, no setor, os investimentos no estado

para os próximos três anos podem ultrapassar os 10 bilhões de reais.

A empresa Bahia Mineração (Bamin), responsável pelo maior investimento individual já confirmado no estado, de 2,3 bilhões de

**“Agora, com o desastre ocorrido em Minas Gerais, nos cabe não somente pensar nas consequências da mineração, mas principalmente em que tipo de regulamentação o governo brasileiro estabelece sobre a extração dos minérios e a quem interessa explorá-los”**

dólares em três anos, iniciou em 2011 a extração de minério de ferro na região conhecida como Pedra de Ferro, no município de Caetité, a 757 Km de Salvador. Antes, em 2008, essa mesma mina era assumida pela

Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil



Lama e caos: as consequências do desastre na cidade de Mariana (MG) ainda são imprevisíveis



Quilombo do Barroso, no Baixo Sul da Bahia, durante o intercâmbio com comunidades de terreiro

Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), empresa sediada em Londres, com origem no Cazaquistão. É a ENRC que controla a Bamin.

Para a empresa somente um aspecto é importante: o lucro. Mas como o município foi e é impactado por esta extração de minério? Que tipo de medidas de proteção, compensação e mitigação foram e são tomadas? As populações locais foram ouvidas?

Segundo o trabalho da geógrafa Vaneusa Pereira, que pesquisou os impactos da mineração junto à população local de Caetité, houve consequências diretas, “tanto sobre a população quanto sobre o local de exploração, sendo as famílias das comunidades negras as mais afetadas nos aspectos sociais, culturais e psicológicos, com consequências socioambientais negativas, de abrangência regional, que terão caráter permanente e irreversível”, diz a pesquisa.

Risco de reviver situação semelhante corre a região do Baixo Sul da Bahia com o início das análises de solo da mineradora Rio Tinto, que tem atuado nos municípios de Presidente Tancredo Neves e Camamu. Atualmente a empresa vem dialogando com as comunidades do entorno, incluindo algumas remanescentes de quilombo, como a do Barroso. Representantes do grupo tentam convencer os habitantes dos benefícios, do ponto de vista financeiro, da instalação da mineradora no local.

A empresa Rio Tinto Alcan é um conglomerado multinacional anglo-australiano. Foi fundada em 1873 e tem sedes em Londres e Melbourne. A empresa britânica Rio Tinto Company foi formada para explorar minas de cobre no Rio Tinto, no sul da Espanha, e daí leva seu nome. O Grupo é avaliado em 147 bilhões de dólares. Na Bahia, em 2010, foi anunciado um investimento de 4 bilhões de dólares para exploração de bauxita e

construção de refinaria em Amargosa.

Agora, com o desastre ocorrido em Minas Gerais, nos cabe não somente pensar nas consequências da mineração, mas principalmente em que tipo de regulamentação o governo brasileiro estabelece sobre a extração dos minérios e a quem interessa explorá-los. Contudo, pautar a discussão do código da mineração é urgente não somente pela tragédia que ocorreu, mas principalmente para evitarmos, se possível, ou pelo menos minimizar as próximas.

KOINONIA estará em debate com as comunidades e com parceiros para construirmos juntos estratégias de enfrentamento à ameaça da mineração no Baixo Sul, a partir de 2016.

**\*Ana Gualberto é historiadora e assessora de KOINONIA**



Escola na comunidade do Barroso: educação quilombola

# Notícias

## KOINONIA alerta a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA) e o Incra sobre violações de direitos quilombolas no Baixo Sul da Bahia

No dia 17 de Novembro, KOINONIA, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu (STTR), Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Conselho Quilombola do Baixo Sul e o Quilombo do Barroso enviaram à CDA e ao Incra uma carta pública sobre o conflito envolvendo as comunidades do Varjão e Barroso - esta última em processo de reconhecimento oficial como território quilombola. A carta solicita a imediata intervenção desses órgãos para evitar que o conflito territorial traga consequências ainda mais sérias.

Mesmo com os trâmites de titulação de suas terras em área devoluta correndo no CDA, tendo sido certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2008 e aguardando para começar os passos de regularização do território quilombola junto ao Incra, a comunidade do Barroso vem sofrendo intimidação e invasões. A agressão mais recente ocorreu no início de novembro quando uma cerca do Barroso foi

derrubada para dar lugar à outra.

Segundo a líder comunitária Ana Célia dos Santos Pereira, com esses atos querem abalar a confiança da comunidade nos direitos quilombolas. “Estamos sendo coagidos. Dizem que amanhã vão acabar de fazer a cerca que começaram tem uma semana. E para intimidar anunciam para todo mundo o que vão fazer. Isso tudo faz com que as pessoas acabem por questionar se realmente vale a pena permanecer na luta por nossos direitos de quilombolas”, conta.

Ana Célia afirma que antes disso, houve a destruição de uma horta comunitária, em 2014, e a tentativa de atear fogo ao museu que reúne a memória do quilombo, construído por iniciativa dos próprios quilombolas.

“Se vamos à polícia, nos falam que nada pode ser feito por se tratar de território federal. Assim, as autoridades só podem agir caso o CDA ou o Incra encaminhem documentos que

comprovem nossa situação em relação à posse das terras. Os invasores querem demonstrar poder justamente para fazer com que as pessoas aqui do Barroso desacreditem nas políticas públicas para os remanescentes de quilombos, conquistas que sabemos que foram muito suadas”, desabafa Ana Célia.

Para evitar que o conflito se agrave, é preciso que órgãos como o Incra ou CDA entrem em cena, ao menos no primeiro momento, encaminhando notificações tanto à delegacia de polícia local quanto à comunidade do Varjão. Esse documento deve ser enfático quanto ao fato de que a área questionada está em processo de regularização fundiária para comunidades quilombolas e que qualquer objeção poderá ser feita no momento certo dentro do processo de regularização previsto na Instrução Normativa 57 do Incra, que, de fato, estabelece parâmetros e condições para eventuais contestações.



# Notícias

## Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa da Bahia: Participar é preciso

2014 foi o ano de sanção do Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa da Bahia, primeiro regulamento estadual do país dedicado ao enfrentamento articulado do racismo e da intolerância religiosa.

O estatuto passa agora por seu processo de regulamentação, que nada mais é do que o estabelecimento de medidas concretas para execução do que está escrito. A regulamentação acontece em etapas, cada uma correspondendo aos diferentes capítulos do estatuto, com temas como patrimônio cultural, educação e comunicação. Nessas etapas, cidadãos e cidadãs podem contribuir e discutir em audiências públicas a respeito dos melhores caminhos para a implementação da lei. A novidade é que essas audiências também são transmitidas por vídeo-conferência

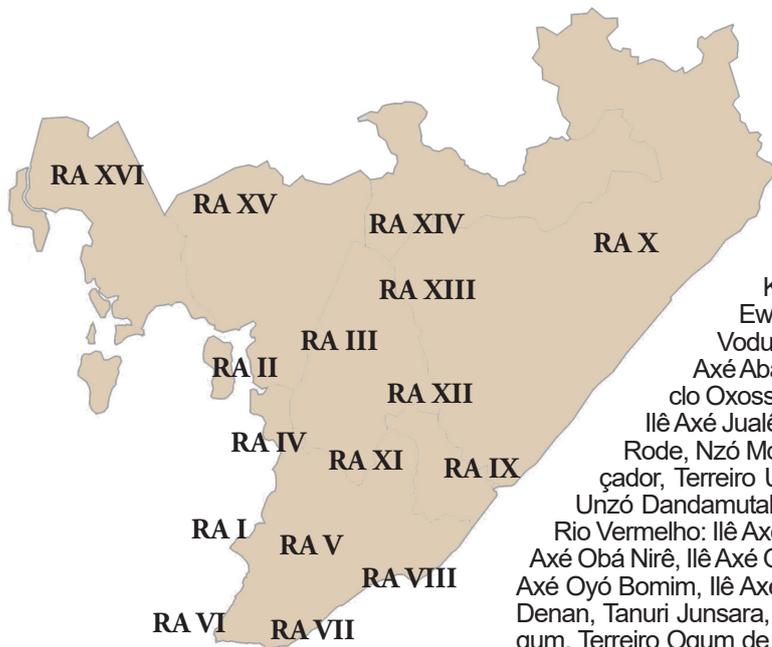
para outros municípios baianos a fim de ampliar a participação.

Diferente do Estatuto da Igualdade Racial nacional, considerado por ativistas como de baixo impacto do ponto de vista prático - refletindo a descaracterização de seu texto original -, o estatuto baiano tem se mostrado até aqui uma oportunidade de construção de avanços significativos em áreas onde o racismo e a intolerância são entraves históricos.

Quando sancionado, a informação era de que a partir de sua regulação o estatuto da Bahia faria com que a verba da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) do estado mais que triplicasse. Outro dos pontos destaque na lei é que ela institui o Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SISEPIR), que prevê a criação de espaços de participação e controle

social da implementação das medidas. Isso quer dizer que os representantes das comunidades tradicionais poderão se mobilizar para monitorar as ações do governo estadual previstas no estatuto.

KOINONIA tem acompanhado o processo de regulamentação, com presença nas audiências públicas. Além disso, a partir de 2016, a instituição terá entre suas prioridades informar e mobilizar comunidades negras tradicionais para reivindicar e participar de todos os passos da efetivação desse estatuto. A lei só se traduzirá de fato em avanços na promoção da igualdade racial e liberdade religiosa se puder contar com a participação dos mais interessados: os negros, negras e membros das comunidades negras tradicionais.



## COMUNIDADES TRADICIONAIS ATENDIDAS POR KOINONIA

**Terreiros em Salvador:** RA I Centro: Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá; RA Itapagipe: Ilê Axé Airá Omim, Ilê Axé Odé Lomin Infan, Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim, Ilê Axé Omin Leuá, Ilê Iyá Os-shum, Terreiro de Oxum do Caminho de Areia; Unzo Mayala. RA III São Caetano: Ilê Axé Idanjeuê, Ilê Axé Obá Inan, Ilê Axé Opô Ibu Alama, Terreiro Ogun Tundê; Unzô Sasaganzuá Kangunga KK. RA IV Liberdade: Ilê Axé Omin Amboke, Ilê Axé Ewá Omin Nirê, Ilê Axé Iroko Sun, Terreiro Ajagunan, Terreiro do Vodunzô, Terreiro Kanzo Mucambo, Terreiro de Oxalá. RA V Brotas: Axé Abassá de Amaze, Centro do Caboclo Boiadeiro, Centro do Caboclo Oxossi Talami, Centro Matamba de Onato, Ilê Axé Ewê, Ilê Axé Jifulú, Ilê Axé Jualê, Ilê Axé Oluwayê Dey'I, Ilê Axé Oyá Tunjá, Ilê Axé Omin Afonjá Rode, Nzô Mdemboa – Kenã, Ilê Axé Omin Ode Azoani, Terreiro Oxossi Caçador, Terreiro Unzô Awziidi Junçara, Tuumba Junçara, Tuumbalagi Junçara, Unzô Dandamutalê, Unzo Katendê Dandalunda, Caboclo Pena Branca. RA VII Rio Vermelho: Ilê Axé Achê Ibá Ogum, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Ilê Axé Obá Nirê, Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá, Ilê Axé Omin Deuá, Ilê Axé Onirê Ojuirê, Ilê Axé Oyó Bomim, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Obá do Cobre, Ilê Oxumarê, Ilê Axé Oyá Omin Denan, Tanuri Junsara, Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz, Terreiro do Bogum, Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo. RA IX Boca do Rio: Ilê Axé Araka Togum, Ilê Logum Edé Alakaí Koissan, Terreiro Onipó Neto. RA X Itapua: Axé Abassá de Ogum, Axé Tony Sholayó, Ilê Axé Osun Yinká, Ilê Axé Ominader, Ilê Axé Yeye Jimum, Terreiro Aloia, Terreiro Caboclo Itapua, Terreiro Oxossi Mutalamô, Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté, Viva Deus Neto, Terreiro Viva Deus Bisneto, Ilê Axé Ibá Aqueran, Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã, Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi. RAXI Cabula: Ilê Axé Opô Afonjá, Ilê Axé Tunadeni, Terreiro Sultão das Matas, Unzô Bakisé Sasaganzuá Gongara Cajango, Unzô Ngunzo Kwa Kayango, Viva Deus Filho, Ylê Yá Yalodeidê. RAXII Tancredo Neves: Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomim, Ilê Axé Lofan Demim, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anacidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxé, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Oyá Omin Olorum, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro, Terreiro do Bate-Folha, Terreiro Olufonjá, Terreiro São Roque, Terreiro Sete Flechas, Terreiro Tumbenci, Onzô Laia Mutá. RAXIII Pau da Lima: Funzô Iemim, Ilê Omu Keta Posu Beta, Ilê Axé Toloji. RAXIV Cajazeiras: Ilê Axé Layê Lubo, Ilê Axé Omim J'Obá, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Nita, Ilê Axé Onijá, Terreiro Junçara Kondirê, Unzô de Kaiango, Manso Bandun Kuekue de Inkinansaba Filho, Manso Dandalungua Cocuazenza, Manso Dandoquênque Dunkinisaba Filho, Moitumba Junçara, Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze, Terreiro Vintém de Prata, Ilê Axé Ogum Omimkayê, Unzô Daminikanga Munde D'Unzambe. RAXVI Valéria: Ilê Axé de Ogunjá, Ilê Axé Omim Funkó, Ilê Axé Olo Omin, Ilê Jêje Dahomé Imburací. RAXVII Subúrbios Ferroviários: Onzô de Angorô, Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Ilê Axé Oyá Deji, Ilê Axé Oba Furikan, Ilê Axé Acorô Genã, Ilê Geleuá, Ilê Axé Loyia, Ilê Asé Ogum Alakaiyê, Ilê Axé Anandeuui, Ilê Axé Flor da Mirtália, Ilê Axé Gitolobi, Ilê Axé Jagun, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé bá Omo, Ilê Axé Odé Tolá, Ilê Axé Omi Euá, Ilê Axé Omin Loyá, Ilê Axé Unzô Mona de Amean, Ilê Olorum Axé Giocan, Luandan Jucia, Terreiro Caboclo Catimboiá, Terreiro Gidenirê, Terreiro Mucundeuá, Terreiro de Nana, Ilê Axé Arin Massun, Ilê Axé Giroqeme, Ilê Losi Omim Kafunjê, Humpame Dan Ilê Yia Os-shun, Ilê Asé Kale Bôkum. RAXVIII Ilhas: Ilê Axé Airá, Ilê Axé Oyá Bagan Baba Alae-forun. Região Metropolitana de Salvador: Ilê Ala Axé, Ilê Axé Burukam Ajunsun, Ilê Asé Maa Asé Ni Odé, Ilê Axé Gum Tacum Wseré, Ilê Axé Jesidea, Ilê Axé Oba Nã, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Lessy, Ilê Axé Ondô Nirê, Ilê Axé Opô Olú-Odé Alayedaá, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Odé Obá Lodê, Ilê Axé Odé G'mim, Ilê Axé Taoyá Loni, Ilê Axé Dan Seji Olá, Ilê Axé Bokum, Ilê Axé Igbonan, Sindirátukuã Filha, Terreiro Angurusena Bya Nzambi, Terreiro de Jauá, Terreiro Filhos de Ogunjá, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro São Bento, Tuumbaengongonsara, Unzô Tateto Lemba, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Awon Funfun./ Ilê Axé Ojunilê Chapanã, Ilê Axé Ogum Mejê, Ilê Axé Julosum Oju Omim, Ilê Axé Ode Oman, Centro Umbandista Paz e Justiça, Terreiro Vence Tudo, Terreiro Nzo Tata Nsuuumbu, Ilê Axé Ejeegg Faleji, Unzô Kunã Lembe N'kossi, Terreiro de Guiaiba, Ilê Axé Ogum Dey, Ilê Axé Oba Inallê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Anibé Nirê, Terreiro Águas de Efan Itabuna: Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan, Centro de Candomblé Santa Bárbara, Ilê Axé Ijobá Oxumarê- -Yewá, Ilê Ewá Oludumare, Ilê Axé Oyá de olorun, Ilê Axé Omim Lande, Vintém de Prata. **Em outros municípios:** Em Araci: Ilê Axé Jitolobi. Em Cachoeira: Ilê Axé Kayó Alaketu. Em São Francisco do Conde: Ilê Axé Osum Made. Em Muritiba: Ilê Axé Obá Nijó Omim. Em Rio de Contas: Terreiro Afoxé dos Ori-xás. Em Ilhéus: Terreiro de Ilhéus e Terreiro Matamba Tombeçy. Em Mata de São João: Terreiro de Praia do Forte. Em São Sebastião: Terreiro de São Sebastião. Em Ituberá: Sintalas Singué.

### Editores:

Ana Gualberto e Rafael Soares de Oliveira

### Redação:

Equipe KOINONIA

### Revisão:

Thiago Ansel e Natasha Arsenio

### Projeto gráfico e diagramação:

Thiago Ansel

### Impressão:

JM Gráfica e Editora



Travessa d'Ajuda, Ed. Martins Catarino, Sala 705, Centro - Salvador, BA  
Tel.: (71) 3266-3480

Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro, RJ  
www.koinonia.org.br  
ISSN: 1981-7568

### Apoio



CHURCH WORLD SERVICE



AJUDA DA IGREJA NORUEGUESA  
actaliança

### Patrocínio



## COMUNIDADES QUILOMBOLAS E NEGRAS RURAIS ATENDIDAS POR KOINONIA

**Na Região do Baixo Sul da Bahia:** Em Camamu: Getimana, Pimenteira, Barroso, Assentamento Zumbi dos Palmares, Pedra Rasa, Mutirão, Assentamento Dandara dos Palmares, Pedra Branca, Maribondo, Tapuia, Garcia, Maria Ribeira, Lameiro, Ronco e Abóboras, Porto do Campo e Rua do Dendê/Colônia de pescadores. Em Nilo Peçanha: Jatimane. Em Ituberá: STTR Ituberá. Em Igrapiuna: Laranjeira e Boa Esperança.